

DOCUMENTO DE INFORMAÇÕES ESSENCIAIS – DIE

Elaborado em 15/09/2025

Projeto Audiovisual

“JUNGLE - JUNGLE”

Trata-se de projeto de filme para o segmento “salas de exibição”, gênero ficção, longa metragem. A história de Lili, uma menina travessa, que ao encontrar no diário de seu avô falecido, pistas sobre uma suposta cidade pré-colombiana perdida no coração da Amazônia, parte em busca da verdade. Encontrará quadrilhas que destroem a floresta, conviverá com seus amigos em especiais tribos indígenas e terá que lutar com criminosos muito perigosos. Seu sonho é comprovar a tese de seu avô que, caso se cumpra, reescreverá a história da arqueologia.

O projeto está cadastrado na ANCINE sob o **SALIC: 23-1096**.

A sociedade empresária limitada, “LATINAMÉRICA ENTRETENIMENTO INTERNACIONAL LTDA”, com sede na Av. Onze de Junho, nº 875 – apto 91, bairro Vila Clementino, cidade e Estado de São Paulo, CEP 04041-053, inscrita no CNPJ/MF 09.416.289/0001-07, produtora proponente do projeto de título “JUNGLE-JUNGLE”, está autorizada a captar recursos através da comercialização de certificados de investimento, nos termos do Artigo 1º. da Lei nº 8.685/93, conforme Despacho do Diretor-Presidente da Agência Nacional do Cinema, a seguir ANCINE, de nº 138-E, de 04 de dezembro de 2023, publicado no Diário Oficial da União de 06 de dezembro de 2023.

A emissão e distribuição pública de certificados de investimento, representativos de direitos de comercialização do projeto, é de **R\$ 4.000.000,00** (quatro milhões de reais), e para a quantidade de **4.000.000** (quatro milhões) de quotas.

A sociedade empresária “LATINAMERICA ENTRETENIMENTO INTERNACIONAL LTDA” é a empresa emissora dos certificados, emitidos sob a forma nominativa, em reais, pelo valor de R\$ 1,00 (um real) por quota.

Para a totalidade de 4.000.000 (quatro milhões) de quotas está garantido o percentual de **1% (um por cento)** da Receita Líquida a ser apurada pelo produtor “LATINAMERICA ENTRETENIMENTO INTERNACIONAL LTDA”, na comercialização do filme “JUNGLE-JUNGLE”, de direitos de comercialização atribuível aos subscritores, correspondentes a **0,00000025%** por quota adquirida, durante o período de **12(doze)** meses contados à partir da data de início da comercialização/(lançamento comercial).

Ocorreu que a instituição financeira “H.COMMCOR DTVM LTDA” originalmente responsável pela coordenação da emissão e distribuição pública de certificados de investimento do projeto, afastou-se do mercado do audiovisual. Do valor total da distribuição autorizada de certificados foram colocadas através da “H.COMMOR DTVM LTDA” a quantidade de 1.032.000 (um milhão e trinta e duas mil) quotas, no valor de emissão de R\$ 1.032.000,00 (um milhão e trinta e dois mil reais).

Estão garantidos os direitos já adquiridos pelos subscritores de certificados do projeto.

Sendo de interesse para o projeto a continuidade da colocação de certificados, foi deliberado na Ata de Reunião de 11 de setembro de 2025, também se considerando o disposto pela Comissão de Valores Mobiliários, na Resolução CVM nº 6, de 14 de setembro de 2020, a contratação para a coordenação da emissão e distribuição pública de certificados do projeto, da instituição financeira de razão social “**RJI Corretora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda**”, a seguir **Líder**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 42.066.258/0001-30, com sede na Av. Rio Branco, nº138/sala 402, bairro Centro, cidade e Estado do Rio de Janeiro / CEP 20040-909.

A data da emissão de certificados passa a ser 11 de setembro de 2025.

Sob coordenação do **Líder**, os títulos representativos de direitos de comercialização do projeto serão emitidos pela empresa emissora sob a forma nominativa, em reais, na quantidade de até **2.968.000**(dois milhões, novecentos e sessenta e oito mil) de quotas, no valor unitário de R\$ 1,00 (um real), por quota.

O prazo autorizado de captação de recursos do projeto é até 31/12/2027, conforme autorizado pela Portaria ANCINE nº 657-E, de 27 de dezembro de 2024, publicada no Diário Oficial da União de 30 de dezembro de 2024.

A responsável pelo projeto na ANCINE, na CVM, e perante os investidores, é a sócia titular da empresa emissora, Sra. LUIZA SHELLING TUBALDINI, inscrita no CPF/MF nº 196.429.958-67.

Os recursos a serem captados através da colocação de certificados de investimento serão utilizados exclusivamente para realização do projeto.

Conforme deliberado na mencionada Ata de Reunião da empresa emissora, está garantido para a totalidade de **2.968.000** de quotas da distribuição, o percentual de **0,742%** da Receita Líquida a ser apurada pelo produtor, de direitos de comercialização do projeto atribuível aos subscritores, correspondente a **0,00000025%** por quota subscrita, semestralmente, durante o período de **12** (doze) **meses** contados a partir da data de início da comercialização da obra audiovisual.

As quotas devem ser adquiridas através do **Líder**.

Os titulares de certificados de investimento poderão realizar Assembleia para eleger representante, ao qual a empresa emissora garantirá o acesso à contabilização dos direitos de comercialização.

Somente poderá exercer a função de representante dos titulares de Certificados a pessoa física ou jurídica que atenda os seguintes requisitos:

- ser titular de Certificado; e
- não exercer cargo ou função na empresa emissora, ou prestar-lhe assessoria ou serviços de qualquer natureza.

A Assembleia poderá ser convocada por qualquer dos titulares de certificados. O quorum de deliberação é o de maioria absoluta dos certificados de investimento audiovisual emitidos.

1: DO ORÇAMENTO do projeto:

O valor total do orçamento aprovado do projeto é R\$ 25.000.004,00 (vinte e cinco milhões e quatro reais), e poderá ser apurado da seguinte forma autorizada pela ANCINE:

Art.1º - Lei 8.685/93	R\$ 4.000.000,00
Art.1º A - Lei 8.685/93	R\$ 3.000.000,00
Art.39 - MP 2.228-1/01	R\$ 4.000.000,00
Leis Estaduais de Incentivos	R\$ 1.000.000,00
Outras Fontes	R\$ 11.750.003,80
Contrapartida	R\$ 1.250.000,20

2: DOS DIREITOS DE COMERCIALIZAÇÃO:

A colocação poderá ou não atingir o número total de quotas autorizadas, tendo em vista a possibilidade de remanejamento das fontes de recursos para a realização do projeto, com diminuição dos recursos provenientes do incentivo instituído pela Lei nº 8.685, de 1993, e o correspondente aumento dos recursos provenientes dos incentivos instituídos pela Lei nº 8.313/91, e/ou do art. 1º-A, e/ou do art. 3º, da Lei 8.685/93, e/ou a desnecessidade da totalidade dos recursos originalmente previstos;

- Não atingido o número total de quotas autorizadas em decorrência de remanejamento que não modifique o orçamento autorizado do projeto, bem como a substituição por outra fonte de recursos que não da Lei nº 8.313/91, e/ou do art.1º - A, e/ou do art. 3º, da Lei 8.685/93, o percentual de participação na Receita Líquida estabelecido por quota adquirida não sofrerá alteração.

O prazo para exercício dos direitos de comercialização é 12 (doze) meses contados à partir da data de início da comercialização do projeto, extinguindo-se os certificados sem qualquer ônus adicional, não havendo reembolso do preço de subscrição.

Neste período a empresa emissora deverá elaborar, e divulgar na sua página na rede mundial de computadores, semestralmente, em até 30 (trinta) dias do encerramento do semestre, relatório contendo informações acerca dos rendimentos decorrentes da comercialização do projeto, de acordo com Anexo C da Resolução CVM nº 6, de 14/09/2020 denominado "Informações Semestrais Audiovisual - **ISA**".

A empresa emissora terá até 30 dias após o encerramento de cada semestre, para apurar o resultado quanto aos os direitos de comercialização, ficando obrigada a efetuar os pagamentos até o último dia do mês subsequente ao da apuração do resultado do semestre a que se refere.

Os resultados serão comunicados aos titulares de certificados e efetuado o pagamento mediante depósito em conta corrente bancária dos investidores/subscritores.

Para efeitos da distribuição de direitos entende-se como Receita Líquida no período em apuração, valor base para o cálculo das participações a serem atribuídas aos detentores de certificados, o valor apurado na comercialização da obra audiovisual, descontado: os impostos e taxas incidentes, as despesas de comercialização, as comissões de distribuição, a participação dos exibidores, investimentos de FUNCINES e do Fundo Setorial Audiovisual como avanços ao produtor com retenção prioritária.

A comercialização de que se trata refere-se a exploração comercial do projeto audiovisual através de contratos de distribuição e/ou exibição no Brasil: salas de exibição, home vídeo (incluindo mas não restrito a VHS, DVD e/ou Laserdisc); televisão aberta e por assinatura (broadcasting por ondas hertzianas, cabo, MMDS e/ou satélite); CD-ROM, CD-I e/ou outras mídias ditas interativas); exibições comerciais em aviões, navios, escolas, universidades; e quaisquer outras formas, meios ou modos de reprodução, exibição, transmissão e difusão audiovisual que existam ou venham a existir para a obra;

A subscrição ou colocação de quotas se dará através de depósito à vista na conta corrente do **Líder** junto ao Banco 506 - RJI CTVM LTDA, Agência 0001, conta corrente 2-5, que está autorizado pela empresa emissora e a CVM para os procedimentos legais e operacionais referentes a subscrição, e que se obriga a efetuar no prazo de 48 horas após o recebimento, em nome da empresa emissora, na Agência prefixo n.º 3235-2, na conta de aplicação financeira do projeto de nº 504-4, do Banco do Brasil S/A, o depósito dos recursos captados, nos termos do artigo 4º, da Lei 8.685/93, podendo descontar as importâncias destinadas ao pagamento da intermediação financeira, observado o disposto no art.7º, inciso 3º da Resolução CVM nº 6, de 14/09/2020;

A distribuição pública primária das quotas dos Certificados de Investimento será realizada no Mercado de Balcão Não Organizado, não sendo adotado nenhum procedimento diferenciado para a subscrição.

A empresa emissora e o **Líder** disponibilizam ao público em geral a partir da data de início da emissão de Certificados, na rede mundial de computadores, semestralmente, nos meses de julho e janeiro de cada ano, o **RIC**- Relatório de Integralização dos Certificados, e o **REF**- Relatório de Evolução Física do projeto.

Encerrada a emissão e distribuição de certificados do projeto, o **Líder** divulgará o resultado da captação nas páginas na rede mundial de computadores destinada às publicações acerca da oferta pública.

A Empresa Emissora e o **Líder** se comprometem a manter e disponibilizar, pelo prazo mínimo de **5(cinco)** anos, contados a partir da finalização do pagamento dos rendimentos decorrentes da comercialização do projeto, ou por prazo superior por determinação expressa da CVM, todos os documentos e informações exigidos pela Resolução CVM nº 6, de 14/09/2020.

ADVERTÊNCIA DA CVM Comissão de Valores Mobiliários

“A distribuição de certificados de investimento audiovisual para a produção, distribuição, exibição e infraestrutura técnica de obras audiovisuais brasileiras não implica, por parte dos órgãos reguladores, garantia de veracidade das informações prestadas ou de adequação do certificado à legislação vigente ou julgamento sobre a qualidade da empresa emissora ou da instituição intermediária”.
